



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 5, art. 6, p. 109-131, mai. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.5.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



A Política Externa Brasileira nos Anos 30: Nazismo, Nacionalismo e o Jogo Internacional

Brazilian Foreign Policy in the 1930s: Nazism, Nationalism and the International game

Nara Maria Carlos de Santana

Pós-Doutora em História Política e Social das Ideias

Doutorado em História Política e Social das Ideias pela Universidade Federal Fluminense

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/CEFET Petrópolis e Maracanã

E-mail: naramcs@gmail.com

Endereço: Nara Maria Carlos de Santana
Rua do Imperador, nº 971. Centro – Petrópolis. CEP.:
25.620-003, Av. Maracanã, 229 – Maracanã – Rio de
Janeiro – RJ, CEP: 20.271-110Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 21/02/2020. Última versão
recebida em 12/03/2020. Aprovado em 13/03/2020.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O trabalho aqui apresentado pretende identificar como as relações do governo nacionalista de Getúlio Vargas com as grandes potências internacionais dos anos 30 e 40 conduziram as relações internas com o movimento nazista – que perdura por toda a década de 1930 e parte da década de 1940, através do Partido Político Nacional-Socialista e das Associações – e as relações externas, na América Latina com a Argentina, na definição de um projeto nacional Varguista, principalmente de 1938 a 1942, e a política externa conduzida até o alinhamento com os Estados Unidos da América. Aqui, os conceitos privilegiados foram de nação e nacionalismo, mas também foram explorados os termos que definiram estratégias da política externa brasileira. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa a partir de uma investigação com fontes primárias e secundárias com a triangulação documental.

Palavras-Chave: Getúlio Vargas. Política Externa. Nacionalismo. Nazismo. Estado Novo.

ABSTRACT

The work presented here intends to identify how the relations of the nationalist government of Getúlio Vargas with the great international powers of the 30s and 40s, led the internal relations with the Nazi movement - which lasts throughout the 1930s and part of the 1990s. 1940, through the National Socialist Political Party and Associations - and external relations, in Latin America with Argentina, in the definition of a national Varguista project, mainly from 1938 to 1942, and foreign policy conducted until the alignment with the States United States of America. Here, the privileged concepts were of nation and nationalism, but the terms that defined Brazilian foreign policy strategies were also explored. For that, qualitative research was used, from an investigation with primary and secondary sources with documentary triangulation.

Key words: Getúlio Vargas. Foreign policy. Nationalism; Nazism. New state.

1 INTRODUÇÃO

O processo político que se inicia em 1930 com Getúlio Vargas e que tem como projeto a definição da questão nacional brasileira, encontra um quadro internacional dividido entre dois domínios: a Europa e os Estados Unidos da América (EUA). O projeto nacional que tinha sido iniciado no período entre guerras, de 1930 a 1939, começará a ser efetivamente implementado com a instalação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Uma das primeiras medidas deste Estado no momento de sua implantação foi à proibição do funcionamento de partidos políticos, impedindo de imediato as atividades da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido Nacional Socialista Operário Alemão (NSDAP) – este último, objeto deste trabalho – numa tentativa de conter os conflitos internos e acabar com o avanço dos ideais fascistas no país, contrários aos interesses internacionais que começavam a se delinear naquele momento histórico.

Paralelamente, a política externa brasileira apresentava entraves de ordem política – no que diz respeito aos rumos ideológicos¹ – e econômicos, visto que encontrava na Alemanha um parceiro econômico de peso, mas os Estados Unidos, enquanto potência emergente política e economicamente, começava a impor as regras do jogo internacional. Ao mesmo tempo, as relações com os países da América Latina, principalmente com Argentina e Chile, foram intensificadas na tentativa de conter o avanço do nazismo e da política Hitlerista de interesse no que os alemães chamavam de países do ABC (Argentina, Brasil e Chile). A política do ABC consistiu numa tentativa de adesão destes países sul-americanos ao acordo Alemão-Japonês-Italiano.² No entanto, estes três países latino-americanos se recusaram a aderir ao pacto por motivos de política externa.

Nos primeiros anos da década de 1930, as relações comerciais passaram a ser o foco central da política externa nacional marcada pelo completo desinteresse dos dirigentes revolucionários pelas questões centrais, tais como: o pan-americanismo e as relações com os

¹ Durante o Estado Novo alguns dos membros do governo brasileiro nutriam simpatia pelo regime nazista, mas o momento era de definição do projeto nacionalista. Políticos como Dutra, Goés Monteiro, Filinto Müller e Francisco Campos eram favoráveis ao eixo, por outro lado o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha era partidário da política norte-americana. Mais além da simpatia pelo nazi-fascismo, a imensa troca comercial Brasil-Alemanha dos anos 30, impediam que a princípio o governo brasileiro tomasse medidas contra o Estado Nazista. Paralelamente, a forte pressão norte-americana contra o nazismo, a possível participação dos nazistas brasileiros no integralismo e na Intentona Integralista de 1938, fizeram o governo brasileiro acirrar a repressão que atingiu o ponto máximo com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados em 1942. VER: SANTANA, NMC. **Associações Nazistas no Brasil** (1938-1945), (Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade Federal Fluminense) Niterói (RJ – Brasil), 1999. Pp. 163/164.

² O Pacto Komintern, assinado em 1936, era formado por Alemanha, Itália e Japão com o objetivo público de combater o comunismo internacional, mas também dirigido contra a URSS.

Estados Unidos e com a Europa (SEITEINFUS, 1985, p.63); O problema da diminuição das exportações de café – resultado da crise de 1929 – e a necessidade de encontrar novos mercados, obrigando o país a organizar novos tratados comerciais, caracterizados por uma política protecionista. Entre 1930 e 1934, o Brasil firma vinte e sete tratados comerciais “com base na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida”, conforme Cervo e Bueno (1980, p.218):

A todos os chefes de missão acreditados no Brasil (...) a negociação dos acordos comerciais sob a base comum da cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida, salvo casos de tratamento especial, facultado em certas condições ao tráfico de fronteiras entre os países vizinhos.

Apesar deste caráter protecionista, a proposta brasileira teve boa aceitação, e no período de setembro a dezembro de 1931 foram assinados 16 acordos, e no decorrer do ano de 1932 mais 21 países concordaram com a proposta brasileira (CERVO e BUENO, 1986; p.218). Contudo, a não observância da cláusula de nação mais favorecida pelos países signatários, principalmente os países europeus, que criaram uma série de artifícios e praticava protecionismo, fez com que o Brasil, a partir de 1935, recorresse a uma atitude mais pragmática em relação à política internacional.

Neste momento, a política externa brasileira começou a privilegiar o Pan-Americanismo. Nos primeiros anos desta década, as relações entre Brasil e Argentina baseiam-se numa cooperação mútua entre Buenos Aires e Rio de Janeiro (então capital do Brasil), onde o entendimento diplomático e as trocas comerciais foram as principais características. Apesar dos acordos comerciais entre os dois países não se efetivarem, a Argentina, durante o período entre 1934 e 1935, é o terceiro maior fornecedor do Brasil atrás dos Estados Unidos e da Alemanha. Outro dado interessante na relação entre os países é que, durante os anos 20, Buenos Aires e Rio de Janeiro mantiveram um relacionamento amistoso tanto no quadro diplomático quanto no político, mas uma desconfiança mútua no plano militar. Curiosamente, a chegada de Getúlio Vargas ao poder cede lugar ao Tratado Anti-bélico de Não Agressão e de Conciliação, proposto por Saavedra Lamas, chefe da diplomacia na Argentina em 1933.

Neste mesmo ano, com a chegada de Adolf Hitler ao poder e com o sucesso econômico do regime, a Alemanha recupera o seu prestígio internacional. Com relação à América Latina, uma proposta de comércio compensado para o intercâmbio comercial incrementa as relações entre Alemanha e os países deste continente americano. A proposta visava à troca de produtos sem a necessidade de mediação de moedas fortes como a libra ou o

dólar. Ao mesmo tempo, a influência político-ideológica dos ideais germânicos criou afinidade entre movimentos e partidos políticos latino-americanos no Brasil, por exemplo, a AIB (Ação Integralista Brasileira) e a propaganda nazista mobilizavam instituições como: embaixadas, consulados, empresas comerciais, linhas aéreas, agências de notícias, clubes, associações etc. Paralelamente, o partido nazista que funcionava em outros países da América Latina, agia de forma intensa tentando arregimentar os imigrantes alemães e seus descendentes.³ Mesmo assim, as relações comerciais diplomáticas e militares, e até mesmo a luta anticomunista, através da cooperação policial do Brasil com a Alemanha, intensificaram-se a tal ponto que gerou preocupação ao governo norte-americano. Segundo Moura (1982, pp.14/15):

Esta persuasiva presença alemã preocupava o governo dos Estados Unidos, empenhado, nessa mesma década, em passar uma borracha no passado e apagar as marcas deixadas nos inquietos vizinhos do sul pela política do ‘porrete grande’ (*big stick*) e suas variantes, que Tio Sam adotara nos primeiros trinta anos do século XX.

A preocupação norte-americana relacionava-se com a certeza de que as Américas Central e do Sul eram parte do plano de dominação mundial dos nazistas e que estes continentes eram um campo de colonização potencial. Com a finalidade de impedir o avanço sobre estes territórios, os Estados Unidos, de 1935 a 1939, combateram o comércio compensado proposto pela Alemanha, e o livre comércio, a fim de recuperar o intercâmbio internacional de mercadorias. Com relação ao Brasil, os temores norte-americanos foram superados, principalmente a partir de 1937 e do advento do Estado Novo. Ao contrário das expectativas alemãs e italianas de uma possível adesão brasileira ao eixo, a política getulista, que desde 1935 caracterizava-se por uma “equidistância pragmática”, procurando “tirar proveito da disputa entre os dois blocos de poder, Estados Unidos e Alemanha”, por meio da neutralidade – vale dizer, política também adotada pela Argentina – começa a posicionar-se ao lado dos aliados: “Tanto é assim que o Brasil recusou-se a integrar o Pacto anti-*Komintern* para não prejudicar a amizade norte-americana e em atenção também à pressão interna do Ministério do Exterior.” (CERVO; BUENO, 1980; p.226)

Neste mesmo período, o principal parceiro comercial do Brasil na América Latina, a Argentina, manteve durante a Segunda Guerra Mundial uma política de neutralidade

³ A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, foi a primeira organização de caráter nacional, com características fascistas, que incorporava a ideia de nacionalismo e de um Estado Integral, alicerçados nos princípios da autoridade, hierarquia, ordem, disciplina e unidade. O integralismo apesar de acentuar o caráter nacional brasileiro, imitava exteriormente o fascismo europeu. Os integralistas pregavam a fusão racial, no entanto eram extremamente antissemitas; atacavam a democracia liberal na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos e o comunismo (União Soviética) com toda a força, mas se calavam sobre o imperialismo alemão e italiano.

indiferente em relação às potências imperialistas. Assim como os demais países latino-americanos, Buenos Aires acreditava que a neutralidade seria a melhor maneira de não entrar no conflito. Ademais, os líderes governistas argentinos estavam seriamente preocupados com as atividades nazistas na América do Sul, tanto que a maneira de controlá-los foi tema de conversações entre o ministro das Relações exteriores da Argentina, José Maria Cantilo (do governo do Presidente Argentino Roberto Maria Ortiz) e do Brasil, Oswaldo Aranha, no Rio de Janeiro, em abril de 1938.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A disputa dos nacionalismos: o NSDAP no Brasil e na AL e o Estado Nacional de Vargas

No Brasil a ideologia nazista começava a influenciar parte do pensamento da colônia alemã, desde o começo da década de 1920, através da *Volksbund für Deustchum im Ausland* (órgão da imprensa dos colonos germânicos), e com a entrada de um novo grupo de imigrantes – entre os vários membros do partido na Alemanha – chegados ao Brasil no último grupo de imigrantes de origem germânica. Mas foi no início dos anos 30 que o nazismo se institucionalizou, formalizando assim a sua atuação no país com a fundação do que seria o *Ausland Organization* (AO – Organização no Exterior) do Brasil em 1931, e do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP – Partido Operário Nacional Socialista Alemão) no Rio de Janeiro, capital do país.

No campo da política interna, já nos primeiros anos do governo Getulista, a necessidade de “abrasileirar a República” e de se construir uma consciência nacional proposta pelo governo revolucionário varguista, entram em disputa com o projeto alemão e o seu nacionalismo. A partir de 1937, o imperativo do Estado Novo de formação de uma “raça homogênea” e de um “povo integral”, da proteção do homem nacional visando o progresso material e moral do país, foram os elementos de conflito entre o Estado Novo e o movimento nazista no Brasil, representado pelas associações após o fechamento dos partidos políticos em geral e, neste caso, do Partido Nazista em especial.

Por conta destas diretrizes, elaborou-se uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria através da educação e do controle da imigração. Outra medida foi um projeto contra a entrada de imigrantes em prol do abrasileiramento dos núcleos de colonização. Por isso, o

Estado Novo implementou leis que proibiam aos estrangeiros várias atividades econômicas e políticas. (COHEN, 1988, p.75)

Com relação à política externa, o que vimos anteriormente foi que a intensa troca comercial Brasil – Alemanha, sustentada de 1930 a 1935 por uma política de continuidade e de 1935 a 1940, por uma política de “equidistância pragmática” caracterizada pela neutralidade, impediu o governo brasileiro de tomar medidas frontais contra o Estado Nazista. Por outro lado, a pressão norte-americana no combate ao nazismo fez o Brasil definir posição, atingindo seu ponto máximo com a entrada do país na guerra ao lado dos aliados em 1942. Um telegrama de Karl Ritter, Ministro do Exterior Alemão, enviado em maio de 1938, recomendava que a imprensa alemã tratasse de forma sensacionalista os acontecimentos envolvendo a política externa no Brasil como “a completa submissão de Vargas às ordens dos Estados Unidos”.⁴

Na Argentina, apesar do respeito pelo espírito de trabalho e pelo êxito econômico das comunidades alemãs, o NSDAP encontrou resistência às suas associações e aos seus líderes. Mesmo a comunidade germânica que se achava dividida em vários grupos políticos, tais como: nacionalistas, liberais, sociais-democratas e socialistas, rejeitou o nacional-socialismo e sua política agressiva.

Ao contrário da Alemanha, onde os nazistas podiam usar todo o poder do Estado no processo de cooptação dos cidadãos para o regime, os grupos do partido na América Latina tinham que se contentar no geral com a propaganda institucional. Por isso começaram a buscar colaboração dos diplomatas alemães, agora representantes do Estado Nazista, que sempre teve uma grande influência nos assuntos das comunidades germânicas. Abaixo, a correspondência entre Berlim e suas embaixadas na América Latina em 30 de novembro de 1937:

Deutschland, tendo em vista particularmente os acontecimentos políticos no Brasil, sugeriu que o Ministério do Exterior tomasse a iniciativa de procurar a adesão do Brasil e de outros países sul-americanos ao Acordo Alemão-Japonês, Italiano para o combate ao Bolchevismo.

Entre os países sul-americanos, só teria importância política a adesão dos três grandes estados ABC – Argentina, Brasil e Chile. Qualquer iniciativa alemã teria de começar com eles.

Assim, a política Getulista até 1942 e a entrada do Brasil na guerra caracterizou-se por um “duplo jogo” como bem definiu Gambini (1977); e o combate regional ao nazismo esteve

⁴ Telegrama do embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, para o Ministério do Exterior, In: **Alemanha Auswärtiges AMT: o III Reich e o Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. Laudes.

durante um bom tempo subordinado aos jogos internacionais e internamente à definição política de um Estado Nacional.

2.2 O “Duplo Jogo” e alguns significados

Nos principais trabalhos sobre as relações internacionais, é perceptível a existência de alguns conceitos que são identificados da seguinte forma: primeiro, com as nações que fazem parte do grupo das potências imperialistas e segundo com os países vizinhos, neste último caso, com a Argentina. Um dos conceitos mais conhecidos é o chamado de “análise sistêmico-estrutural da inserção internacional”, de Lafer (1967), de nações menos desenvolvidas como Brasil e Argentina e que são complementares com a noção de “dependência” em relação às grandes potências econômicas mundiais, que com o tempo passou a ser chamada de “Teoria da Dependência”. Esta foi uma formulação teórica de intelectuais como: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e ainda Fernando Henrique Cardoso. Esta formulação consiste numa leitura crítica e marxista não dogmática, cuja caracterização dos países tidos como “atrasados” é resultado da relação de dependência entre países “centrais” e países “periféricos” no capitalismo mundial. Segundo Machado:

A rigor não existe uma teoria da dependência, mas simplesmente a dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder. O que se pretendeu chamar de Teoria da Dependência é uma obviedade histórica; uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial, já descrito e conhecido desde o século XIX quando, então, o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo modelo sócio-econômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante.⁵

É exatamente esse “sistema internacional de relações de força e poder”, onde os países “subordinados” conseguem negociar um certo equilíbrio nas relações com as nações hegemônicas, que interessa nesta discussão. Seguindo então nesta linha de análise, destacamos as expressões de Moura: autonomia na dependência ou alinhamento negociado, onde o autor explicita as estratégias das relações do Brasil com os EUA durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Moura busca em sua análise, afastar-se de duas concepções recorrentes na literatura: a que enfatiza o oportunismo brasileiro na obtenção, junto aos norte-americanos, dos

⁵ MACHADO, Luiz Toledo. **A Teoria da Dependência na América Latina**. In: Rev. Estudos Avançados 13 (35), 1999, p. 199. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018. Acesso em 13/12/2019

instrumentos necessários ao desenvolvimento nacional; e a ideia de que o Brasil estava submetido política e economicamente a Washington. Segundo o autor, a hegemonia norte-americana não impediu que o país delineasse suas estratégias de política externa autonomamente, ainda que houvesse constrangimentos e limites.⁶

Em “O duplo Jogo” de Vargas: a influência americana e alemã no Estado Novo, Gambini (1977), explica um projeto de alternância nacional, mesmo frente a um quadro negativo de possibilidades de negociação, frente à disputa entre países periféricos versus países hegemônicos ou centrais.

Sobre os termos que explicam diferentes estratégias da política externa, temos ainda o trabalho de Hélio Jaguaribe (1958), que em seu ensaio intitulado “Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica” apontava para o problema da estratificação da ordem internacional existente no sistema imperialista, mas que abrange um conceito de permissibilidade geradora de uma certa autonomia das nações periféricas (JAGUARIBE, 1958, p. 33). Ao lado dos conceitos de “hegemonia”, “dependência” e “alinhamento” relacionados ao grupo das grandes potências, temos num âmbito regional os conceitos identificados com os respectivos projetos locais, ora “expansionistas”, ora “hegemônicos”. No caso brasileiro, segundo os trabalhos dos brasilianistas, não existem intenções imperialistas, os projetos nacionais estariam muito mais preocupados com a definição de um programa interno e com a demarcação de uma posição externa dentro do quadro de um eixo de relações mais igualitário como o mantido com a Argentina. Para ratificar essa afirmativa, temos a questão da Segurança Nacional, que é frequentemente reforçada nos projetos brasileiros no campo das relações internacionais.

Neste trabalho, privilegiarei os conceitos de “dependência” e “hegemonia”, no que diz respeito à construção de um projeto de autonomia nacional em relação às potências mundiais daquele período (décadas de 1930 e 1940 do século XX), Alemanha e Estados Unidos, considerando as relações entre países ditos “centrais” e os “periféricos”.

No eixo das relações igualitárias entre Brasil e Argentina, vale destacar as peculiaridades dos projetos políticos nacionais e em que medida os dois países traçaram políticas de parceria no combate ao inimigo comum, o nazismo. É importante notar que neste período os projetos de nação e nacionalismo envolviam algumas questões que dizem respeito ao surgimento destas nações e destes nacionalismos.

⁶ WINTER, Marcela. **Moura, Gerson. Relações Exteriores do Brasil (1939-1950):** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: Mural Internacional. 1ª ed. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012, p. 58. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/6768>. Acesso em 13/12/2019.

O problema da origem das nações apresenta, segundo Guibernau, duas posições originais: uma que supõe ser a nação uma coisa natural, como a de Schleirmacher: “uma divisão natural da raça humana, dotada por Deus de seu caráter próprio” e a outra de Gellner, que sustenta que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos. (GUIBERNAU, 1997, p.35)

Para Gellner (1993, p.19), “as nações só podem ser definidas em função da era do nacionalismo”, para uma melhor compreensão da definição de nação do autor, temos:

Dois homens pertencem à mesma nação se e só se reconhecem como pertencentes a uma mesma nação. Por outras palavras, as nações fazem os homens. As nações são artefatos das convicções, lealdades e solidariedade do homem: uma simples categoria de indivíduos (p.ex., os habitantes de um dado território ou os que falam uma determinada língua) transforma-se numa nação se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros determinados direitos e deveres mútuos em virtude da qualidade comum de membros dela. É esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo que os transforma numa nação e não outros atributos comuns, quaisquer que sejam eles, que distinguem essa categoria dos que não são membros dela.

A teoria da modernidade da nação e do nacionalismo defendida por Gellner (1993), apesar de original, ignora as raízes históricas do nacionalismo e das comunidades étnicas que se transformaram em nações e mais tarde puderam ou não se converter em Estados Nacionais como, por exemplo, a própria Alemanha.

Seguindo a mesma lógica de Gellner, em que a nação é um fenômeno moderno, mas introduzindo uma análise histórica, Hobsbawm afirma que “a nação é qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação” (HOBSBAWM, 2012, p.18). Portanto, nesta última análise, prevalece a noção que o nacionalismo precede as nações. Um bom exemplo desta afirmativa é o caso alemão: o nacionalismo germânico data do século XVIII, enquanto a nação alemã, historicamente considerada uma nação tardia, é concretizada em fins do século XIX. O nacionalismo alemão ressurgiu fortalecido após a I Guerra Mundial e foi um dos mecanismos que possibilitou a ascensão do nazismo. O que se verifica, então, é a possibilidade de re-criação da nação alemã a partir da mobilização de sentimentos nacionalistas – com fortes traços de racismo – latentes naquela sociedade.

Hobsbawm discute ponto por ponto as características do moderno conceito de nação. No primeiro ponto, o autor concorda com a definição de Gellner de nacionalismo, significando “um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”. O autor acentua que a esta definição acrescentaria o fato de que o “dever

político” de uma dada nacionalidade para com a sua “organização política” da nação a que pertencem é superior a quaisquer obrigações públicas. Ou seja, o status de cidadão concedido ao indivíduo a partir do surgimento das nações modernas, faz com que este indivíduo tenha obrigações para com o Estado que supera qualquer outra obrigação. O autor cita como exemplo o período entre guerras, em que a obrigação do cidadão para com a nação torna-se mais evidente.

Outro elemento importante é notado desde o final do século XIX, por volta de 1870 até a I Guerra Mundial, quando o nacionalismo mudou de rumo e a idéia de que a nação dependeria de qualquer corpo de pessoas que se considerasse como tal, resultou na autodeterminação e no direito de um Estado independente e soberano sobre o seu território.

Por isso, quando Gellner conceitua “legitimidade política” e “fronteiras políticas”, ele está descrevendo a equação nação=estado=povo, que aparece textualmente na concepção de Hobsbawm (2012, p.126). O resultado desta equação é que a nação está vinculada a um território, o que resulta numa definição de estado que incorpora a ideia de espaço territorial soberano.

Hobsbawm e Ranger (2012), contudo, enfatizam o “elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações”. Para ele, não são apenas algumas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos, também o nacionalismo – sem antecedentes – utilizou-se da invenção de uma continuidade histórica, real ou inventada, e ainda de símbolos e acessórios, como por exemplo: hino nacional, bandeira e datas nacionais.

Nos últimos pontos de sua análise, o autor trata da “questão nacional”, que se encontra na “intersecção da política, da tecnologia e da transformação social e explica que as nações modernas são resultado de um “tipo particular de estado territorial”, que implica o aparecimento do cidadão – com a Revolução Francesa – surgido num período de desenvolvimento tecnológico e econômico. Além disso, o surgimento da imprensa e da escolarização possibilitou a emergência de “línguas padronizadas nacionais”. Para Hobsbawm (2012, p.19) “as nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências”.

No último ponto de sua análise, o autor afirma que as nações e seus “fenômenos associados” são construídos pelo alto. Agora, contrariando a perspectiva de Gellner (1983), Hobsbawm (2012) ressalta que apesar disso, as nações não podem ser “compreendidas sem serem analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nem nacionais e menos ainda nacionalistas”, mas partem de aspirações comuns. Em total acordo com as

palavras do autor, principalmente quando este destaca a importância de que se investigue a visão de baixo, podemos perceber como os “porta-vozes” ou ativistas dos movimentos nacionalistas fazem dos desejos das pessoas comuns, objetos de sua ação política e publicidade. O exemplo clássico disso é a propaganda nazista, que se utilizou de aspirações individuais emergentes na sociedade alemã, após a derrota na I Guerra Mundial e suas consequências, para construir e fortalecer o nacional-socialismo.

O Nacional Socialismo surgiu como uma forma de nacionalismo no interior dos movimentos de direita fascistas, “o nazismo se apoiou na ideia de raça e sobre o conceito de comunidade do povo (*Volksmeinschaft*). Raça, entendida na formação natural oriunda da comunidade de sangue: nação, concebida como uma realidade orgânica supraindividual”, mas que, segundo Ribeiro Jr., (1986, p.45), deve ser localizada historicamente no desenrolar dos movimentos fascistas. Os movimentos fascistas procuraram explorar em suas propostas políticas, descontentamentos nacionalistas. Também procuraram minimizar seus problemas evidenciados com o fim da guerra, transformando em inimigos comuns: os liberais, os socialistas, os pacifistas, resgatando para isso um componente latente no interior desta sociedade, o anti-semitismo. O nazismo, longe de ser uma alienação coletiva como costuma se interpretar,

organizou-se como um Estado de poder, no exterior e Estado de direito no interior. Ficaram excluídos deste chamado estado de direito, os não alemães. Então, quem não tinha sangue ariano, quem não tinha cosmovisão (*weltanschauung*) germânica era considerado subhomem (*untermensch*) não homem (*unmensch*), contrariando uma das características legais dos Estados modernos a do *jus solis* – em que os nascidos no mesmo território são nacionais – e criando a ideia do *jus sanguinis* – os pertencentes ao mesmo sangue são nacionais. O nazismo recorre ainda a ideia de espaço vital (*Lebensraum*), que propõe que a raça dominante tenha direito à expansão imperialista e ao conceito de comunidade do povo e da raça (*Volksmeinschaft*). (RIBEIRO JR., 1986, p.45).

Assim como o nazismo, o governo Vargas, principalmente de 1937 a 1945, se apoia na ideia de um nacionalismo. Mas, ao contrário do nazismo, o nacionalismo varguista trata de uma concepção nova, revista, que não propõe a recuperação de um passado brilhante e não é fascista, mas ainda assim é conservador.

3 METODOLOGIA

3.1 Em busca de uma identidade nacional

A metodologia deste trabalho compreende em avaliar todo o período de concepção da chamada identidade brasileira, a partir do método qualitativo e investigação bibliográfica.

Assim, percebemos que desde o começo do século XX, apesar do quadro de descrença na viabilidade de progresso determinada pela composição étnica brasileira e por seu meio geográfico e principalmente pelas teorias científicas do século XIX, sobressai no Brasil um movimento chauvinista de concepção ufanista, representado por Sousa Bandeira, Afonso Celso e Manuel Bonfim. (VENTURA, 1991, p.55)

Os precursores das ciências sociais no Brasil, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, retomaram a discussão e apontaram para uma superação do pensamento romântico, utilizando como base a produção teórica da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer (SKIDMORE, 2010, p.13). O apelo à base científica, no entanto, não serviu para diminuir as tensões, nem para minimizar os papéis raciais na sociedade brasileira, mas apenas para tentar superar as barreiras impostas pela limitação racial e descobrir uma fórmula de caminhar rumo à ordem e ao progresso. As teorias científicas eram claras. Postulavam a evolução do “simples” (povo primitivo) para o “complexo” (sociedades ocidentais), o que em outras palavras, preconizava que os europeus, por serem mais evoluídos cientificamente e tecnologicamente - resultado de sua superioridade racial - deveriam ser os condutores da humanidade rumo ao progresso, à ordem e à ciência.

A importação destas teorias científicas europeias para uma sociedade como a brasileira, diferente racial e geograficamente da Europa, não só não eliminava o problema racial no Brasil, como legitimava uma postura racista já transparente no pensamento romântico, ao apontar para o fato de que a mistura de raças e a qualidade do solo e clima eram os grandes empecilhos para o desenvolvimento e a civilização no país. Estas teorias acabaram por definir quais os grandes determinantes de nossa identidade nacional: a raça e o meio.

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda, que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues). (VENTURA, 1991, p.55).

Partindo dessas rápidas avaliações, o Brasil não poderia recorrer a um passado glorioso para construir sua identidade nacional, tampouco poderia orgulhar-se da sua formação multirracial para definir-se como nação. A língua, não chegava a ser uma questão, pois já estava praticamente definida no momento da colonização, pela dominação hegemônica do colonizador. Sendo assim, na ausência de um passado para criar um presente mais

agradável, como acontece com a construção das nações europeias, a solução foi modificar o futuro. Por isso, apesar dos intelectuais nacionais não admitirem a transposição dos modelos externos, defenderam a ideia de que o meio e a raça seriam os “fatores internos” para a definição do nacionalismo brasileiro, determinando a partir destes elementos o nacional e o popular. Ainda que neste contexto, a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, muda a percepção do que seria o nacional/brasileiro. Começando por questões de ordem trabalhista, como classicamente é tratado, introduzindo uma política pública para educação, apresentando a figura do “homem novo” e a positivação da mestiçagem e do que seria, no dizer de Amaral (1941), a “raça brasileira”, até a sua política externa. Neste último, a chegada em 1938 de Oswaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores vem acompanhada de várias medidas nacionalizadoras no país, tanto no âmbito interno quanto na política externa do governo varguista (AMARAL, 1941).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A Política Externa e as medidas nacionalizadoras: entre a dependência e a hegemonia

A princípio, os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram marcados pelo que os estudiosos da diplomacia brasileira chamam de “continuidade” e “ausência de imaginação” (SEITEINFUS, 1985, p.62). De qualquer forma, o governo provisório “garantiu o cumprimento de todos os compromissos internacionais” do país, sendo por isso logo reconhecido pelas demais nações. No campo diplomático, o novo chanceler do Brasil, Afrânio de Melo Franco, que ficou no posto de 1930 a 1933, não promoveu mudanças significativas na política externa que o país vinha desenvolvendo (VIANNA, 1958, p.215). Mas foi em sua chancelaria que as relações comerciais do país se tornaram a principal preocupação da política externa, evidentemente por causa da crise de 1929.

Devido à ausência de um programa de política externa, a ação do Itamarati será guiada, de um lado, pela situação objetiva do comércio externo brasileiro e, de outro, pela situação pan-americana do início da década de 30. (SEITEINFUS, 1985, p.27).

A partir de 1933, a política nacional se transforma, tanto internamente quanto em sua relação internacional. A Alemanha, pela primeira vez na história das relações internacionais

brasileiras, ocupará um lugar de destaque, tendo uma intensa atividade comercial com o país. E já em 1933, a política externa brasileira ficará dividida, tendo de um lado a Alemanha e a Itália, e de outro, os Estados Unidos. A política internacional será marcada principalmente pela ascensão de Hitler, que assume o poder na Alemanha, e Franklin Roosevelt, eleito presidente dos Estados Unidos da América naquele mesmo ano.

Mas, qual a influência que estes acontecimentos terão em relação à política interna de Getúlio? Somente para introduzir esta discussão, utilizarei uma afirmativa de Moura:

Na América Latina, como vimos, o período de 1919-1929 foi caracterizado pela diminuição da influência britânica e o aumento da influência norte-americana. Nos anos 30, a Alemanha voltou a se projetar no plano internacional, ampliando sua presença na América Latina. Do ponto de vista ideológico, três correntes principais – liberalismo, fascismo e socialismo – lutavam para conquistar os corações e mentes dos povos latino-americanos, mas do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia suas posições, enquanto Estados Unidos e a Alemanha constituíam potências emergentes, cujo crescimento as colocava em posições antagônicas, no que se refere à América Latina. Os alemães davam ênfase ao autoritarismo antiparlamentar, protecionismo econômico e o nacionalismo militar, enquanto os americanos sublinhavam a democracia liberal e o livre-comércio no plano internacional (MOURA, 1982, p.26).

Tomando por base as informações de Moura (1991), poderíamos concluir que, do ponto de vista ideológico, a aproximação com a Alemanha seria o mais razoável, principalmente considerando “a ênfase no autoritarismo antiparlamentar e o protecionismo econômico”. Contudo, as relações internacionais brasileiras foram pouco a pouco se encaminhando no sentido da ambiguidade política, adotando critérios que privilegiassem os próprios interesses nacionais dentro do jogo da dependência, mas com a manutenção da hegemonia regional.

A política alemã para a América Latina era principalmente comercial e por questão de coerência ideológica seria o parceiro comercial mais adequado a política de Vargas. O interesse germânico era garantir novos clientes a fim de desenvolver sua economia interna, que estava estagnada desde o final da Primeira Guerra. As relações comerciais Brasil-Alemanha deste primeiro período tiveram um aumento considerável, principalmente por conta das importações de algodão e do sistema de comércio compensado, visto no começo desta análise (CERVO e BUENO, 1980, p.71). Vale lembrar que, para efeito de nossa análise, interessa principalmente em que medida as relações comerciais influenciaram os rumos ideológicos da política internacional brasileira.

Havia, por parte da Alemanha, uma tentativa de influenciar a política latino-americana no sentido ideológico e que não deixava de estar atrelada a sua política econômica. Para

avançar ideologicamente, os alemães utilizaram-se dos “canais diplomáticos e econômicos, oficiais ou informais: embaixadas, consulados, escolas, empresas comerciais, alta finança, transportes aéreos, serviços de informação e propaganda”, na tentativa de arregimentar as pessoas de origem ou descendência alemã. Moura (1991) destaca que é preciso considerar a influência exercida pelos militares alemães sobre o militarismo latino-americano. Destaca também a admiração no Brasil da “liderança militar pela eficiência da máquina de guerra alemã” (MOURA, 1982, p.27).

O incremento das relações comerciais Brasil-Alemanha e à divulgação dos ideais nazistas na colônia alemã no país, entre 1934 e 1938, afetou negativamente as relações comerciais com os norte-americanos. De acordo com Seitenfus,

[...] a inquietação de Washington diante da aproximação comercial germano-brasileira começa a manifestar-se em novembro de 1934, quando o Departamento de Estado percebe que a Alemanha está em vias de superar em volume a posição norte-americana no comércio exterior no Brasil (SEITEINFUS, 1985, p.79).

Em vista disso, Washington resolveu incrementar as relações comerciais com o Rio de Janeiro. A aproximação comercial efetivou-se com base no Programa *Hull*, que visava à manutenção do liberalismo no comércio internacional com o fim de possibilitar “tratados comerciais bilaterais e privilegiando a cláusula incondicional da nação mais favorecida e das vantagens equitativas e recíprocas”. No ano de 1935, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo de respeito ao Programa *Hull*, ampliando (como era interesse de Getúlio) as possibilidades do país no jogo político internacional.⁷

No plano político, a eleição de Roosevelt inaugurou a conhecida “política da boa vizinhança”. Com ela, os EUA propunham como principais disposições para a América Latina a não-intervenção – principalmente a intervenção militar – e a igualdade jurídica de todas as nações americanas que seriam reconhecidas. Também haveria “consultas interamericanas sempre que os problemas de uma república ameaçassem tornar-se um perigo para as demais”.⁸

⁷ As negociações brasileiro-americanas aceleraram-se e, a 2 de fevereiro de 1935, um acordo respeitando os princípios do Programa *Hull* é assinado entre os dois países. Esse documento estipula, entre outros aspectos, a diminuição substancial dos direitos aduaneiros que atingiam até então as exportações brasileiras; em contrapartida, o Brasil compromete-se a reduzir e a estabilizar as imposições aduaneiras sobre as exportações norte-americanas. (SEITEINFUS, 1985, p. 80).

⁸ Moura (1991, pp. 28-9) ressalta que a “América Latina tinha adquirido importância para os EUA na conjuntura dos anos 30. A primeira era o fato óbvio de que a recuperação econômica americana exigiria um mercado externo crescente para sua indústria, assim como um suprimento crescente de matérias primas e novas áreas de investimento. Na conjuntura de “mercados protegidos” dos anos 30, o Sul do continente tornava-se particularmente precioso para a economia americana. A segunda dimensão era a importância política: amarrada

Com a implantação da política da boa vizinhança, os EUA começaram a contribuir, por meio de ajuda financeira, para a recuperação econômica dos seus vizinhos. No primeiro momento, foi proposta a recuperação comercial e financeira dos países da América Latina com empréstimos que “financiassem produtos complementares”. No final da década de 1930, foi implementada a ajuda com empréstimos, em longo prazo, a fim de possibilitar o que Gerson Moura classificou de “industrialização limitada” (MOURA, 1982, p.27).

A política econômica norte-americana para a América Latina, ao abrir a possibilidade de financiamento da indústria brasileira, atendeu um dos principais interesses do regime de Getúlio, que era modernizar o país pela via da industrialização.

Neste quadro, outro fator definitivo para a aproximação comercial do Brasil com os Estados Unidos da América foi a nomeação de Oswaldo Aranha para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938. Aranha permanecerá neste cargo até agosto de 1944. A partir de 1938, as relações do Brasil com os Estados Unidos melhoraram e com isso iniciou-se o afastamento do país das potências do Eixo. Neste ano, começa também a política de neutralidade e o pragmatismo, denominado muito apropriadamente por Moura (1991) de “equidistância pragmática”, que determinará os rumos que a política internacional brasileira irá tomar.

Em fevereiro e março de 1939, o ministro das Relações Exteriores viajará aos EUA para a chamada “Missão Aranha”. Neste encontro constaram itens de natureza política, comercial e financeira. A reunião tinha por finalidade atrelar o país ao seu sistema de poder por meio de assistência econômica. Em setembro-outubro de 1939, a Conferência do Panamá criou um Comitê Consultivo Financeiro e Econômico Interamericano. Este grupo foi responsável por “enfrentar os deslocamentos econômicos previsíveis dos tempos de guerra e explorar os meios de aumentar em longo prazo o intercâmbio interamericano e promover o crescimento econômico da América Latina”. (MOURA, 1982, p.29). Neste mesmo mês de setembro, o ministro Oswaldo Aranha procurou Getúlio Vargas para propor as regras da neutralidade. Além de previsões sobre os possíveis rumos da guerra (como a duração e seus resultados), o ministro sugeriu as seguintes providências: “arregimentação da opinião pública; economia de combustíveis e trigo, regularização de vencimentos de obrigações internas, constituição de estoques”, dentre outras medidas de contenção de consumo (VIANNA, 1958, p.228).

ao isolacionismo do Congresso (e da opinião pública) face aos assuntos europeus, a América Latina tornou-se a mais viável área de “laboratório” de experimentos políticos capazes de fortalecer a liderança dos EUA”.

À medida que a neutralidade brasileira foi se tornando pró-Inglaterra e França, a Alemanha começou a se preocupar, principalmente com o aumento da repressão às atividades alemães e ao nazismo no país. Neste momento, contudo, a preocupação alemã tinha fundamento. Basta verificarmos o volume de documentos registrados pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DESPS) em 1942, e perceber que a perseguição às atividades nazistas no país aumentou na mesma proporção de sua aproximação com os EUA. Neste ano, um documento do DESPS do Distrito Federal registrava que o número de presos nazistas era idêntico ao de presos por comunismo dentre as atividades consideradas “subversivas” no período.⁹

Tabela 1 – Prisões realizadas pelo Dops - RJ

Série documental: Administração	
Pasta 1/ 1	1942
Prisões	Total
Recolhidos à Penitenciária Central do Distrito Federal	6
Recolhidos à Colônia Agrícola do Distrito Federal	6
Recolhidos ao presídio do Distrito Federal	6
Recolhidos a Ilha das Flores	6
Recolhidos ao Hospital São Sebastião	6
Recolhidos ao Manicômio Judiciário	6
Recolhidos à sala de detidos	6
Encaminhados a diferentes destinos	7
Por atividades nazi-fascistas	8
Por atividades comunistas	8

Fonte: Relatório da Seção de Segurança Social apresentado ao Ilmo.Sr Major Olinto Denys pelo chefe da S/2 Serafim Braga (1942).

Porém, enquanto o Estado manteve a política da “equidistância pragmática”, foi possível aos alemães esperarem por uma nova aproximação. A adoção pelo Brasil, destes mecanismos políticos externos, evidencia a característica do governo de Getúlio que procurou “tirar proveito da disputa existente entre os dois blocos de poder, vale dizer, Estados Unidos e Alemanha”(VIANNA, 1958, p.229). Não se pode negar, no entanto, que houve uma retração real da presença comercial alemã no Brasil, por razões de ordem interna, como a pressão popular que contribuiu para o país abandonar o pragmatismo e adotar o alinhamento com os Estados Unidos no final de 1941 e começo de 1942.

⁹ O Departamento de Ordem Política e Social (DESPS) era um departamento da Polícia Política brasileira, presente em todos os estados do país.

De qualquer modo, durante um longo tempo, Getúlio Vargas conseguiu tirar proveito da disputa entre os dois países. Segundo um telegrama do embaixador alemão no Brasil para o Ministério do Exterior de seu país, em 1941,

Depois do jantar para o qual, por sugestão do Presidente Vargas, eu convidei seu irmão, Coronel Benjamin Vargas, e alguns senhores da Presidência da República, assim como amigos íntimos do Presidente, o Coronel Vargas deu-me – como ele acentuou – por ordens expressas de seu irmão, uma declaração geral confidencial sobre a política do Presidente. O Presidente deseja fortemente continuar em bons termos com a Alemanha. Se o Presidente se vê agora forçado a fazer concessões aos Estados Unidos da América em muitos casos, isso não significa qualquer mudança fundamental em sua política. Está tentando manter a situação de forma tão **elástica** quanto possível a fim de não dar aos americanos motivos para uma intervenção ilegal na soberania brasileira. [...]

Os discursos e as entrevistas do Ministro do Exterior Aranha durante sua última viagem devem também ser interpretados dentro do **sentido de elasticidade** da política brasileira. [...]

A conversa terminou quando Benjamin Vargas me agradeceu, em nome de seu irmão, reiterando sua simpatia pela Alemanha, a atitude de compreensão da política alemã com respeito ao Brasil.¹⁰

Em vista da política adotada por Vargas no período de 1938 a 1941, e se considerarmos os conceitos de dependência desenvolvidos pela “análise sistêmico-estrutural da inserção internacional”, poderemos concordar com a concepção de autonomia na dependência desenvolvida por Moura (1984) e adotada por Gambini (1977). Ao contrário do que era de se esperar de uma nação economicamente mais pobre – a subordinação aos interesses internacionais – Getúlio Vargas conseguiu manter durante um tempo considerável sua política externa, tendo em vista a execução interna de seu projeto nacional. Mesmo mostrando-se simpático à política totalitarista, soube dispor de um dos poucos trunfos com os quais o Brasil podia contar para a efetivação de sua proposta nacionalista: a divisão existente na conjuntura internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, começaremos com uma breve análise das atividades nazistas no Brasil. Após a rápida aproximação do Brasil com os EUA (1935) e a instauração do Estado Novo, o governo que desenhou o Estado Nacional efetivaria a repressão às atividades alemãs e nazistas, a partir de 1941, quando o relacionamento de fato se estreitou. Para que tenhamos uma ideia do quanto a propaganda antigermanismo evoluiu na metade da década de 1930,

¹⁰ Telegrama do Embaixador do Brasil para o Ministério do Exterior Alemão em 29 de novembro de 1941. AMT Alemanha Auswärtiges, o III Reich e o Brasil, 1968. p. 139-140.

citarei o exemplo do atentado sofrido por Getúlio Vargas no Palácio Guanabara em maio de 1938. Dois dias após o atentado ocorrido na noite do dia 10 para o dia 11 de maio, vários membros do Partido Nazista foram presos em São Paulo para investigação de sua atividade política no Brasil, e no dia 13 de maio os jornais noticiavam que a Alemanha tinha financiado a revolta, sem que nada disso pudesse ser comprovado. Nesta altura, a propaganda nacionalista brasileira tinha conseguido tal nível de adesão que as atividades dos estrangeiros – ou alienígenas como são descritos na documentação policial –, eram constantemente vigiadas, inclusive pela população, e dentre estes, os alemães eram os mais visados.¹¹

A ambiguidade do governo de Getúlio Vargas, mesmo às vésperas de entrada do país na guerra, tinha como objetivo principal a manutenção da soberania nacional e de sua hegemonia regional. E mesmo introduzindo em seu discurso político jargões anti-eixo, foi privilegiando o projeto nacional que Getúlio Vargas abandonou suas simpatias políticas e de parte do seu governo pelo regime alemão, e em 31 de agosto de 1942, declarou guerra às potências do eixo.

De 1938 a 1942, o Estado Novo manteve a perseguição e a repressão aos alemães e ao nazismo em virtude da política nacional. A entrada do país na II Guerra Mundial não mudou essa política no Brasil, apenas permitiu a Getúlio Vargas incrementar o Projeto Nacional, de posse de novos argumentos para executar a perseguição aos antinacionalistas. A atuação da polícia política no governo de Vargas na repressão aos imigrantes alemães fundamentou-se desde o princípio pela questão da ordem. E ordem entendida como especificamente de segurança nacional e de proteção da nacionalidade. Assim, todos os estrangeiros não-enquadrados no propósito de interação e assimilação eram investigados e reprimidos, especialmente os alemães, por sua resistência em assimilar-se e pela sua identificação – mesmo que em alguns casos equivocada – com o nacional-socialismo.

Concluindo para a efetivação de seu projeto nacional, Vargas utilizou-se do tripé – educação, propaganda e polícia política – e não mediu esforços dentro do jogo político internacional para efetivar a construção de uma proposta de nação brasileira, tendo em consideração que a dependência aparece nas relações internacionais num jogo de domínio e submissão no sistema de interdependência. Assim, a chamada era dos nacionalismos de Hobsbawm (2012) foi vivenciada no Brasil, dentro dos moldes internacionais. A nação brasileira, como constructo social, começa a ser elaborada na chamada “Era Vargas” e se

¹¹ Em parte da documentação policial, estão documentadas cartas de denúncia de amigos e vizinhos sobre atividades nazificantes.

estende como um projeto político possível de ser sempre retomado ao longo da história do Brasil do século XX.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA AUSWARTIGES AMT - **O III Reich e o Brasil**, a correspondência entre Berlim e suas embaixadas no Rio de Janeiro e outras capitais do continente (1918-1945). Rio de Janeiro, Editora Laudes, 1968, 2 v., 308 p.

AMARAL, A. J. A. **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1938.

AMARAL, A. **Getúlio Vargas - Estadista**. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Ed. 1941.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BANDEIRA, M. **O Estado Nacional e Política Internacional na América Latina continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BANDEIRA, M. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 1987.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978,

CAMPOS, F. **O Estado Nacional - Sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio. 1941.

CERVO, A; BUENO, C. **A política externa brasileira – 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1980.

COHEN, E. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. (Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói, 1988).

CORSI, F. L. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000.

FAUSTO, B. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

FELICE, Renzo de. **Explicar o Fascismo**. Lisboa, Edições 70, 1978.

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Ed. Gradiva, 1993.

GERTZ, R. **O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

GOMES, A.C. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismo: o Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

HILTON, S. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1983

HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 2012.

_____. **Nações e Nacionalismo - desde 1870**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2012.

JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Superiores Brasileiros, 1958.

KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1993.

LAFER, C. **O GATT, a cláusula de nação mais favorecida e a América Latina**. Revista de Direito Mercantil. São Paulo: s/d

_____. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. Ed. Perspectiva, 2ª ed., 2014.

MACHADO, L. T. **A Teoria da Dependência na América Latina**. In: Rev. Estudos Avançados 13(35), 1999, p. 199.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018 acesso em 13/12/2019

MOURA, G. **Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1943**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, L. L. *et al* - **Estado Novo - Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930 - 1942**. São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

_____. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

VENTURA, R. **Estilo Tropical:** História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

VIANNA, H. **História Diplomática do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

WINTER, M. Moura, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1939-1950):** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: Mural Internacional. 1ª ed. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012, p. 58. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/6768> acesso em 13/12/2019

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SANTANA, N. M. C. A Política Externa Brasileira nos Anos 30: Nazismo, Nacionalismo e o Jogo Internacional. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 5, art. 6, p. 109-131, mai. 2020.

Contribuição dos Autores	N. M. C. Santana
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X